



SES
Secretaria de Estado
de Saúde



RESULTADO FINAL CHAMAMENTO 07/2021
ANÁLISE DE RECURSOS
HABILITAÇÃO

AGIR: Alega quanto à formação do Conselho de Administração que pequenas variações numéricas, são perfeitamente aceitáveis, uma vez que são decorrentes de dízimas periódicas, as quais ocorrem em razão de fracionamento de um número inteiro. Destaca que outras concorrentes também se afastam dos percentuais estabelecidos em lei. Aponta, quanto ao CNPJ, que desde 2014, o Parceiro Público e seus órgãos controladores entenderam que cada unidade de saúde, sob a gestão de uma organização social, deveria ter o seu próprio CNPJ. Essa imposição estatal foi o ato que deu origem à alteração do CNPJ.

RESPOSTA: Sobre a alegação de que outras concorrentes habilitadas se afastam dos percentuais estipulados em lei é necessário clarificar o que a Lei 15503/2005 impõe em seu artigo 3º, inciso I, alínea “a” um critério limitador, qual seja: “até 55%”. Ressalta-se que o mesmo não ocorre nas demais alíneas, de modo que se uma determinada Organização Social se distancia do limitador de 55% mas com número inferior, não há nenhum óbice para tal situação. O que não se pode, de nenhum modo, é que esse limitador seja ultrapassado, mesmo que em frações reduzidas.

O legislador foi claro em seu texto legal utilizando a expressão “até”. Deste modo cabe a Organização Social adequar o seu número de conselheiros associados até 55%, sempre pautando-se em caso de não poder se obter um número inteiro, em uma redução, e não majoração.

Alegar que trata-se de algo praticamente impossível à ser alcançado pela Organização Social, destoa do visto na prática, uma vez que é plenamente concreta a possibilidade de um Conselho de Administração com 9 (nove) membros, como é o caso da recorrente, possuir 4 associados e os demais não, atingindo-se deste modo o percentual limitador imposto pela lei.

Em síntese, não resta dúvida de que o critério utilizado pelo legislador foi de limitação, uma imposição de fato que o percentual, sob nenhuma exceção, ultrapassasse o percentual de 55% de associados do Conselho de Administração. Percebe-se não se enquadrar a concorrente nesse aspecto, razão pela qual, não se acolhe seu recurso quanto a este item.

Quanto a ausência de isonomia ou eventual mudança de interpretação, calha ressaltar que essa Comissão Julgadora mantém o mesmo entendimento desde então. Naquele momento (junho de 2021) esta Comissão decidiu por inabilitar todos os concorrentes justamente por não

adequarem ao previsto em Lei. Posteriormente, quando do resultado final (que por si só já detalha todo o cenário para o momento) foi a decisão revista por ausência de orientação geral sobre o tema e todos os então inabilitados pela questão de composição do Conselho de Administração, foram habilitados, até que se obtivesse uma orientação uniforme sobre a temática de habilitação/inabilitação com o enfoque no percentual legal de composição do Conselho de Administração.

A Douta Procuradoria - Geral do Estado de Goiás, decidiu, após consulta, que poderia a comissão julgadora inabilitar com base no limitador percentual de 55 % de membros associados, inclusive é esse o fecho de seu Despacho, vejamos:

[...] a inabilitação da organização social, na eventualidade de vir a constatar divergência da composição do conselho de administração assentado no seu estatuto social, com a regra da alínea "a" do inciso I do art. 3º da Lei estadual nº 15503/2005, devendo proceder, ainda, à imediata comunicação formal da ocorrência a Secretaria de Estado da Casa Civil, para adoção de providências apuradoras cabíveis e, se for o caso, para abertura de desqualificação, com oportunização de contraditório e ampla defesa à entidade privada.

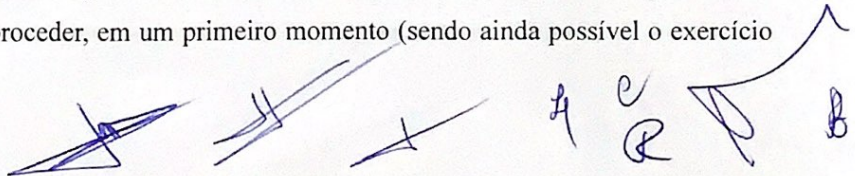
O que essa Comissão se deparou, foi que após o supramencionado Despacho nº 16/37/2021 – GAB – PGE/GO, algumas instituições sociais buscaram regularizar o seu Conselho de Administração quanto a este critério limitador de membros associados, a fim de galgarem êxito em procedimentos de seleção e obviamente estarem adequados para a manutenção de seu título de entidade qualificada.

Assim não há que se falar em mudança de recente entendimento, uma vez que desde o Chamamento 01/2021 essa Comissão tem objetivado cumprir, a rigor, o que dispõe a legislação sobre o tema, bem como observado fielmente o que dispõe todos os princípios norteadores da Administração.

Quando surge, no curso de um chamamento, uma dúvida ou situação nebulosa, essa Comissão tem tido o cuidado de **SEMPRE**, submeter seus questionamentos a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, de modo que toda a documentação daqui emanada, seja revestida de legalidade e segurança jurídica.

Sobre o aspecto da divergência do CNPJ, após o relato histórico apontado pela Organização Social, em que detalha o porquê da diferença entre o CNPJ constante do Decreto de Qualificação e o constante das demais documentações, sanou-se tal aspecto.

Apenas a título complementar, vislumbrar uma situação de divergência em documentação apresentada e proceder, em um primeiro momento (sendo ainda possível o exercício

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then a signature that appears to be 'A', and finally a set of initials that look like 'C' and 'R' with a large, sweeping flourish to the right.

do contraditório e da ampla defesa), com a inabilitação, dadas as informações obtidas pelos autos, não se trata de formalismo exacerbado, ao contrário se trata de vinculação ao instrumento convocatório e legislação pátria.

As diligências, tantas vezes apontadas pelos concorrentes, não se dão em caráter saneador de eventuais divergências apontadas. Ao contrário, elas tem o condão apenas de complementar informações demonstradas nos próprios autos. Até porque a juntada de documentação posterior nos autos é vedada pela legislação. Deste modo, apontar a essa Comissão atitude saneadora, que deveria constar dos próprios autos, não nos parece razoável. Em casos assim, onde é latente a diferença, a apresentação de uma nota explicativa ou uma documentação complementar (para além das solicitadas no instrumento convocatório) nos parecem suficientes e necessárias para evitar situações como o caso.

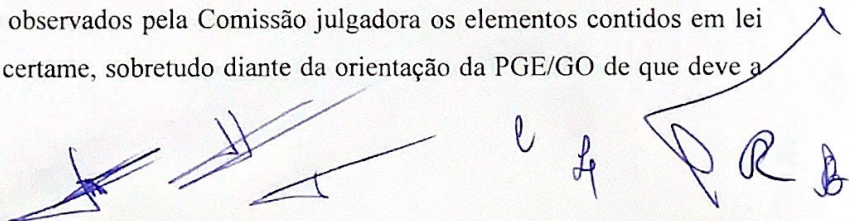
Assim, nesse critério, essa Comissão entende por acolher o recurso.

Diante de todo o exposto, mantêm-se a inabilitação da recorrente.

IDEAS: Alega que foi qualificada como Organização Social pelo Estado de Goiás com base no § 2º, do artigo 2º, da Lei estadual 15503/2005 que abarca às entidades interfederativas que são aquelas qualificadas como Organizações Sociais por mais de uma entidade da federação brasileira. Alega que não obstante o despacho nº 1637/2021 – GAB a Lei do Estado de Goiás, ao qualificar as entidades interfederativas, dispensa-as do cumprimento de certos requisitos específicos. Sobre a duplicidade do balanço patrimonial apontou que não há que se falar em duplicidade ou divergência de documentos uma vez que os balanços contêm as mesmas informações e que a diferença, se é que ela ocorre, está na forma de apresentação e detalhamento dos números contábeis.

RESPOSTA: Em que pese a argumentação da recorrente quanto à se enquadrar na exceção legal para fins de **qualificação**, o Despacho nº 1637/2021 – GAB da Douta Procuradoria – Geral do Estado de Goiás, abordou a temática da composição do Conselho de Administração para os institutos jurídicos de **habilitação/inabilitação** das organizações sociais já qualificadas no Estado de Goiás.

Deste modo não há que se falar de que uma vez cumpridos os requisitos no momento da qualificação, não devem ser observados pela Comissão julgadora os elementos contidos em lei quando da participação em um certame, sobretudo diante da orientação da PGE/GO de que deve a

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature on the left, a series of initials in the center, and a large, stylized signature on the right that includes the letters 'P', 'R', and 'B'.

organização social [...] comprovar que sua qualificação se deu pelo aventado regime singular **e que o respectivo estatuto social não sofreu alterações desde então** [...]

Pela certidão narrativa e estatuto social trazido aos autos na primeira fase (documentos para habilitação) bem como pelo próprio recurso apresentado pela concorrente, verifica-se que houveram 5 (cinco) alterações estatutárias após a qualificação da entidade junto ao Estado de Goiás. A última delas datando de 09/08/2021.

Dentre as alterações a de 21/06/2021 inclusive trata sobre alteração da composição do Conselho de Administração que buscou se amoldar a Lei estadual 15503/2005, percebendo-se portanto o conhecimento da Organização Social quanto à se atentar a legislação estadual. Ocorre que apesar do Estatuto ter se adequado, a composição na prática do Conselho de Administração não seguiu a mesma adequação.

Quanto a composição da concorrente (Instituto CEM) percebe-se que o mesmo conta com 40% (quarenta por cento) de associados membros do Conselho de Administração, deste modo tal composição não fere a legislação estadual, que limita em "até 55%" a presença de associados no Conselho.

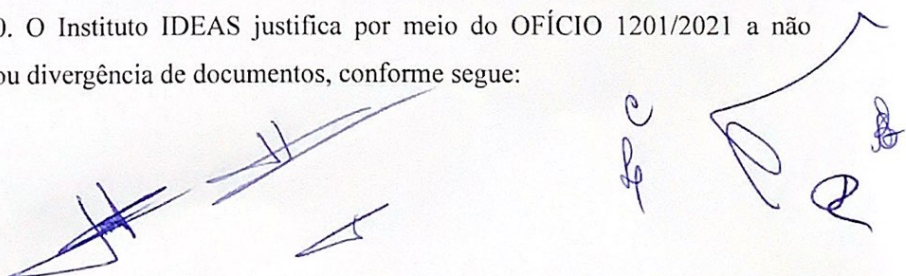
Neste sentido, tendo por base a orientação emanada da Douta Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, que prevê que a OS para ser habilitada nos termos da exceção prevista no § 2º, do artigo 2º, da Lei estadual 15503/2005 deverá demonstrar que seu estatuto social não sofreu alterações, e percebendo-se não ser esse o caso em tela, nesse critério decide-se pelo não acolhimento do recurso.

Quanto aos balanços: Os índices contábeis apresentados às fls. 75 a 82 estão divergentes dos apresentados às fls. 89 a 95.

Os demonstrativos contábeis para apuração e comprovação da boa situação financeira da entidade IDEAS, foram apresentados. No entanto quanto à apresentação do Balanço Patrimonial, ocorre a duplicidade e divergência entre as informações contábeis apresentadas, não justificadas, considerando que ambos referem ao mesmo exercício de 2020.

Ressaltamos que, em teoria, ambos demonstrativos apresentados os índices atendem quanto ao critério de comprovação da boa situação financeira, sendo superiores a 1(um), no entanto na impossibilidade de atribuir qual o balanço é o devido, **fica prejudicada a comprovação prevista no item i.3 edital.**

Em resposta à inabilitação, considerando a informação referente à duplicidade e divergência entre as informações contábeis apresentadas, não justificadas, considerando que ambos referem ao mesmo exercício de 2020. O Instituto IDEAS justifica por meio do OFÍCIO 1201/2021 a não existência de duplicidade ou divergência de documentos, conforme segue:

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there are three distinct signatures, some with horizontal lines drawn through them. On the right, there are more initials and a signature, including a large, stylized 'C' and 'P' and a signature that appears to be 'R' or 'E'.

"Não há que se falar em duplicidade ou divergência de documentos, uma vez que os balanços contêm as mesmas informações e a diferença, se é que ela ocorre, está na forma de apresentação e detalhamento dos números contábeis."

Após análise da manifestação do Instituto IDEAS, essa comissão reanalisou os documentos inerentes ao Chamamento Público para gestão do Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ) bem como todo o teor do ofício emitido pelo IDEAS.

Inicialmente verificamos os demonstrativos Contábeis apresentados, conforme segue

Balanço Patrimonial apresentado às fls. 75, base para os indicadores financeiros constantes nas fls. 80/81.

Instituto IDEAS

Balanço Patrimonial Para análise indicadores

Ativo Total	1.130.801.823,17	Passivo Total	1.130.801.823,17
Ativo Circulante	771.997.102,42	Passivo Circulante	746.286.098,35
Ativo Não Circulante	358.804.720,75	Passivo Não Circulante	357.629.126,73
anc - Realizável a LP	357.980.396,04		
anc - Imobilizado	821.154,23		
anc - Investimento	3.170,48	Patrimônio Líquido	26.886.598,09

ÍNDICES	Fórmulas	Resultado
Liquidez Geral	$LG = (AC + RLP)/(PC + ELP)$	1,02
Solvência Geral	$SG = AT/(PC + ELP)$	1,02
Liquidez Corrente	$ILC = AC/PC$	1,03

Balanço Patrimonial apresentado às fls. 91, base para os indicadores financeiros constantes nas fls. 88/90.

Instituto IDEAS

Balanço Patrimonial Para análise indicadores

Ativo Total	1.104.900.098,90	Passivo Total	1.104.900.098,90
Ativo Circulante	770.063.715,40	Passivo Circulante	753.456.399,61
Ativo Não Circulante	334.836.383,50	Passivo Não Circulante	340.803.575,17
anc - Realizável a LP	334.010.359,79		
anc - Imobilizado	822.853,23		
anc - Investimento	3.170,48	Patrimônio Líquido	10.640.124,12

ÍNDICES	Fórmulas	Resultado
Liquidez Geral	$LG = (AC + RLP)/(PC + ELP)$	1,01
Solvência Geral	$SG = AT/(PC + ELP)$	1,01
Liquidez Corrente	$ILC = AC/PC$	1,02

Após análise por essa Comissão foi verificado que embora os índices contábeis apresentados e conferidos resultassem em valores superiores a 1(um), não foi possível atribuir qual o Balanço Patrimonial foi base para gerar as informações referente aos indicadores.

Após a transcrição dos balanços apresentados no bojo de documentação do processo de chamamento, verifica-se por exemplo a diferença entre os Ativos do Balanço Patrimonial as fls. 75 - R\$ 1.130.801.823,17 e entre o Ativo do Balanço Patrimonial as fls. 91 - R\$ 1.104.900.098,90 , no entanto embora fosse apresentada a informação da divergência a requerente apresentou justificativa para o apontamento, sendo que em resumo a requerente informa que *“Não há que se falar em duplicidade ou divergência de documentos”*.

Sendo assim, demonstrando a existência das divergências entre os demonstrativos e a existência referentes a um mesmo exercício e permanecendo na impossibilidade de definição de atribuição de qual o balanço Patrimonial é o devido, **permanece prejudicada a comprovação prevista no item i.3 edital.**

i) Cópia autenticada ou extrato de balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis

na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

i.3) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, a ser formulada, formalizada e apresentada pela proponente, e assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

Sendo assim para os apontamentos elencados, justificativa, contrarrazões apresentadas essa comissão decide sob o ponto de vista contábil, **NÃO ACOLHER** o recurso interposto pelo Instituto IDEAS quanto aos apontamentos contábeis, pelas razões expostas neste parecer.

Pelo exposto, mantêm-se a inabilitação da recorrente.

Goiânia, 05 de novembro de 2021

Layany Ramalho Lopes Silva

Carla Marçal Coelho

Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão

Keuly Karla Barbosa Costa

Lívia Costa Domingues do Amaral

Murilo Lara de Faria

